

Nacional Cimento Participações S.A. CNPJ: 15.674.829/0001-47 - Relatório da Administração: Senhores Acionistas: de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras. Compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Recife - PE. A diretoria.										
Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidada			Controladora		Consolidada	
		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	742	2.371	525.079	463.007					
Aplicações financeiras restritas	6	-	-	36.433	-					
Contas a receber	4	-	-	149.434	152.533					
Estoques	5	-	-	431.174	414.020					
Tributos a recuperar	13	1.413	1.753	34.498	28.239					
Partes relacionadas	21	-	-	103	-					
Dividendos a receber	7	7.578	35.464	3.228	-					
Outros créditos		79	62	15.889	17.957					
Total do ativo circulante		9.812	39.650	1.195.838	1.075.756					
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras restritas	6	-	-	15.319	47.163					
Depósitos judiciais		-	-	12.016	10.249					
Tributos a recuperar	13	-	-	18.046	20.935					
Tributos diferidos	20	-	-	135.008	83.709					
Partes relacionadas	21	1.613	70	30.264	-					
Outros créditos		-	-	1.727	1.021					
Investimentos	7	1.203.268	1.574.636	57.143	-					
Direito de uso		-	-	11.697	16.197					
Imobilizado	8	176	194	1.645.110	1.738.738					
Intangível	9	-	-	616.494	604.839					
Total do ativo não circulante		1.205.057	1.574.900	2.542.824	2.522.851					
Total do ativo		1.214.869	1.614.550	3.738.662	3.598.607					
Passivo										
Circulante										
Fornecedores	10	215	7	107.722	120.466					
Contas a pagar por aquisição de terras (direito de usufruto)	23	-	-	1.403	-					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	74.785	140.398					
Debêntures	12	-	-	22.992	23.470					
Obrigações por arrendamento		-	-	8.024	10.241					
Obrigações e encargos trabalhistas		11	-	44.347	35.507					
Tributos a recolher	13	22	15	34.664	39.980					
Dividendos propostos e a pagar	15	45.624	130.767	45.624	130.767					
Partes relacionadas	21	40	13	6.221	4.358					
Outras provisões	15	115	262	23.954	25.133					
Outras obrigações		-	-	1.164	5.500					
Outros passivos financeiros		-	-	414.141	-					
Total do passivo circulante		46.027	131.064	785.041	535.820					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	77.683	152.242					
Contas a pagar por aquisição de terras (direito de usufruto)	23	-	-	7.013	-					
Debêntures	12	-	-	-	22.962					
Obrigações por arrendamento		-	-	4.533	6.866					
Tributos a recolher	13	-	-	1.193	879					
Partes relacionadas	21	-	-	1.495.759	1.171.522					
Tributos diferidos	20	-	-	17.033	54.513					
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e passivo ambiental	14	-	-	48.372	56.633					
Outras provisões		-	-	12.876	13.606					
Total do passivo não circulante		-	-	1.664.462	1.479.223					
Patrimônio líquido	15									
Capital social		852.549	873.072	852.549	873.072					
Reservas de capital		(309.629)	94.227	(189.312)	94.227					
Reservas de lucros		625.922	516.187	625.922	516.187					
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.168.842	1.483.486	1.289.159	1.483.486					
Participação de não controladores		-	-	-	100.078					
Total do patrimônio líquido		1.168.842	1.483.486	1.289.159	1.583.564					
Total do passivo e patrimônio líquido		1.214.869	1.614.550	3.738.662	3.598.607					
Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)										
	Notas	Controladora		Consolidada						
		2024	2023	2023	2023					
Receita líquida	17	-	-	2.179.750	2.130.519					
Custo dos produtos vendidos	18	-	-	(1.283.219)	(1.339.327)					
Lucro bruto		-	-	896.531	791.192					
Receitas (despesas) operacionais										
Despesas gerais e administrativas	18	(3.306)	(2.604)	(85.780)	(83.574)					
Despesas comerciais	18	-	-	(362.936)	(359.486)					
Resultado da equivalência patrimonial	7	99.222	288.824	(1.024)	-					
Outras receitas operacionais, líquidas	18	-	-	(3.661)	(17.879)					
Lucro antes do resultado financeiro		95.916	286.220	(453.401)	(460.939)					
Receitas financeiras	19	157	837	113.413	165.569					
Despesas financeiras	19	(14)	(12.161)	(478.285)	(97.477)					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		96.059	274.896	78.258	398.345					
Imposto de renda e contribuição social										
Corrente	20	(8)	-	(45.417)	(47.611)					
Diferido	20	-	-	88.780	(46.792)					
Lucro líquido do exercício		(8)	-	43.363	(94.403)					
Atribuído aos:										
Acionistas controladores				96.051	274.896					
Participação de não controladores				25.570	29.046					
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares				625.667	633.789					
Lucro por ação atribuível aos acionistas - em R\$				0,194	0,479					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.										
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de reais)										
	Reserva de capital			Reservas de lucros			Total (atribuível aos controladores)	Acionistas não controladores		Total
	Capital social	Ágio	Outras provisões	Reserva especial	Legal	Retenção de lucros		Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	873.072	136.500	(42.273)	-	43.046	328.821	-	1.339.166	85.555	1.424.721
Constituição de reserva especial	-	-	-	-	-	-	-	-	927	927
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	274.896	274.896	29.046	303.942
Destinação do lucro:										
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	13.745	-	(13.745)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(130.576)	(130.576)	(15.450)	(146.026)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	130.575	(130.575)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	873.072	136.500	(42.273)	-	56.791	459.396	-	1.483.486	100.078	1.583.564
Constituição de reserva especial - nota 7, 15b e nota 22	-	-	-	(403.856)	-	-	-	(403.856)	120.317	(283.539)
Cisão - nota 7 e 15a	(20.523)	-	-	-	-	-	-	(20.523)	-	(20.523)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	96.051	96.051	22.677	118.728
Destinação do lucro:										
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	4.803	-	(4.803)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - nota 15d	-	-	-	-	-	-	(45.624)	(45.624)	-	(45.624)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	45.624	(45.624)	-	-
Reversão dividendos 2023 - nota 15d	-	-	-	-	-	-	59.308	-	59.308	59.308
Dividendos adicionais propostos (ref. a 2023)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.438)	(2.438)
Efeito referente a compra dos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.317)	(120.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	852.549	136.500	(42.273)	(403.856)	61.594	564.328	-	1.168.842	120.317	1.289.159
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.										



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 28/08/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

	Dólar Comercial : 5,1620
	Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

1. Informações sobre a Companhia. a) Controladora - A Nacional Cimentos Participações S.A. ("Companhia" ou "NCPAR"), constituída em 01 de junho de 2012, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como principal atividade a participação em outras sociedades e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua nos setores de mineração, fabricação e comercialização de cimentos. Em 22 de novembro de 2018, o controle da NCPAR passou a ser compartilhado, devido a união da BC Investimentos com a Buzzi S.p.A. Essa união seguiu a visão de continuar construindo uma companhia sólida e levar a marca Cimento Nacional a um novo patamar. A Buzzi S.p.A é uma das mais importantes e experientes cimenteiras do mundo, possuindo 36 fábricas de cimento distribuídas em 14 países, e com uma capacidade de produção de 40 milhões (não auditado) de toneladas/ano. O grupo NCPAR possui 7 fábricas de cimentos, sendo 5 fábricas completas e 2 estações de moagem, com uma capacidade total de produção superior a 7,2 milhões (não auditado) de toneladas/ano. Em 18 de novembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da denominação social da Companhia, que passou a ser Nacional Cimentos Participações S.A. ("Nacional Participações", "NCPAR" ou "Companhia"). Em 2023, foi dado início à reorganização societária envolvendo algumas das empresas Controladas da NCPAR com o objetivo de atingir maior eficiência operacional e administrativa na gestão de imóveis. Nesse contexto, foram realizadas operações de incorporação e de cisões parciais com a transferência de ativos apenas entre empresas do conglomerado NCPAR, incluindo a Companhia. Em 2024, a reorganização societária foi concluída, resultando em um conglomerado de empresas constituída pela Nacional Empreendimentos S.A. e suas controladas diretas: Delta de Arcos S.A., Delta de Matozinhos S.A., Cantagalo Empreendimentos S.A., Mineração Bacupari S.A., Mineração Delta de Sergipe S.A. e Delta da Paraíba S.A. Este conglomerado de companhias possui como acionistas a NCPAR e BC Empreendimentos S.A. A BC Empreendimentos S.A., a qual detém 51% das ações ordinárias da Nacional Empreendimentos S.A., é considerada como controladora. Os impactos da reorganização societária na Companhia estão divulgados nas notas 7, 8, 9, 15 e 22. Em 3 de outubro de 2024, a BC Investimentos S.A., então acionista detentora de 50% do capital social da NCPAR realizou a venda integral de sua participação na Companhia para a Buzzi Participações Ltda., controlada da Buzzi S.p.A no Brasil, conforme previsto no acordo de acionistas celebrado em 22 de novembro de 2018 e aditado em 21 de outubro de 2020. O acordo de acionistas previa a possibilidade de a referida operação ocorrer em 2024. Com isso, a Buzzi S.p.A, considerando igualmente a participação da sua controlada direta, Buzzi Participações Ltda., tornou-se detentora de 100% do capital da NCPAR. **Reforma Tributária de Consumo** - Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") n.º 132, que instituiu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. A Lei Complementar ("LC") n.º 214/2025 regulamentou diversos aspectos dessa reforma, incluindo a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS") e a instituição dos novos tributos - o IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços ("CBS") e o Imposto Seletivo ("IS") -, bem como suas respectivas normas de aplicação. A Reforma adota um modelo de IVA dual, estruturado em duas competências: (i) federal, representada pela CBS, que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI; e (ii) subnacional, correspondente ao IBS, que substituirá o ICMS e o ISS. Além disso, foi instituído o IS, de competência federal, com incidência sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme definido em Lei Complementar. A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2024 e 2032, período em que os regimes tributários atuais e reformados coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados só poderão ser plenamente avaliados após a conclusão do processo de regulamentação. Conseqüentemente, não há efeitos da Reforma nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2024. **Conflito entre Rússia e Ucrânia** - Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. Tais sanções e demais medidas, não afetam o negócio da Cimento Campeão e Alvorada - CCA nem do conglomerado econômico no qual está inserido, uma vez que a venda de cimento ocorre apenas para mercado interno, tampouco são feitas importações em grande escala que possam comprometer o negócio. **Impactos relacionados às mudanças climáticas** - A Companhia e suas controladas mantêm o compromisso com a sustentabilidade como um dos seus pilares estratégicos e faz contínuos investimentos para obter a maior eficiência energética, seja ela térmica ou elétrica. Além disso, todas as suas operações já estão aptas a substituir parte significativa dos combustíveis de origem fóssil pela recuperação energética de resíduos industriais e urbanos, reduzindo assim, a sua pegada de carbono. A partir de 2025, alinhado aos seus objetivos de sustentabilidade e de transição energética, a Companhia ingressa no mercado de autoprodução de energia para suas operações e se torna investidora em fontes de energias renováveis, como a energia eólica. **b) Controladas** - **Companhia Nacional de Cimento - CNC ("CNC")** - A CNC é integralmente controlada pela NCPAR, atua na fabricação e comercialização de cimento e tem como seu principal fornecedor de calcário e argila a Agroindustrial Delta de Minas S.A. (empresa ligada). **Agroindustrial Delta de Minas S.A. - ("Delta de Minas")** - A Delta de Minas é integralmente controlada pela NCPAR, atua no setor de mineração de calcário e argila e é o principal fornecedor de calcário e argila para a CNC (empresa ligada), conforme contrato de fornecimento firmado entre as partes em 25 de maio de 2007, com prazo de vigência de 20 anos. **Nacional Cimentos Paraíba S.A. ("NCPB")** - A NCPB é integralmente controlada pela NCPAR e tem como atividade principal a participação em outras sociedades. **CCP Holding S.A. (controlada indireta)** - A CCP Holding S.A. é controlada pela NCPB com a participação de 85% do capital votante. A CCP Holding S.A. tem como atividade principal a participação em outras sociedades. **Mineração Nacional S.A. ("MNAC") (controlada indireta)** - A MNAC é controlada integralmente pela CCP Holding S.A. e atua no setor de mineração de calcário e argila. A MNAC iniciou suas atividades operacionais em 11 de junho de 2015, sendo o principal fornecedor de calcário e argila para a coligada Companhia de Cimento da Paraíba - CCP, cuja operação teve início em julho de 2015. **Companhia de Cimento da Paraíba - CCP ("CCP") (controlada indireta)** - A CCP é controlada integralmente pela CCP Holding S.A. e atua na fabricação e comercialização de cimento. A CCP entrou em operação em 27 de julho de 2015 e tem como seu principal fornecedor de calcário e argila a Mineração Nacional S.A. (empresa ligada). **Agroindustrial Árvore Alta S.A. ("Árvore Alta") e Mineração Delta do Paraná S.A. ("Delta do Paraná")** - São companhias controladas pela NCPAR, em fase pré-operacional e possuem como objetivo a extração de mineração de calcário, argilas e outras substâncias necessárias à produção de clínquer e cimento e a construção civil em geral. **CCS Cimento de Sergipe S.A. ("CCS")** - A CCS é controlada integralmente pela NCPAR, encontra-se em fase pré-operacional e tem por objeto a fabricação e a comercialização de clínquer e cimento e a prestação de serviços de concreto dosado em central. **CCA Holding S.A. ("CCA Holding") (controlada indireta)** - A CCA Holding é integralmente controlada pela CNC e tem como principal atividade a participação em outras sociedades e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua nos setores de mineração, fabricação e comercialização de cimentos. **Companhia de Cimento Campeão e Alvorada - CCA ("CCA") (controlada indireta)** - A Companhia de Cimento Campeão e Alvorada - CCA é controlada integralmente pela CCA Holding e atua na fabricação e comercialização de Cimento. A CCA entrou em operação em abril de 2015 e possui dentro da sua operação a extração de argila e calcário, principais insumos do processo de fabricação do cimento. **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sumário das práticas contábeis materiais** - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, quando aplicável. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal ("going concern") dos negócios da Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão pela Administração em 13 de agosto de 2025. **2.1 Base de consolidação** - As demonstrações contábeis consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentadas abaixo:

Companhia investida	Tipo	% de participação	
		2024	2023
Companhia Nacional de Cimento - CNC (operacional)	Controlada	100,00	100,00
Agroindustrial Delta de Minas S.A. (operacional)	Controlada	100,00	100,00
Nacional Cimentos Paraíba S.A. ("holding")	Controlada	100,00	100,00
CCP Holding S.A. ("holding")	Controlada indireta	85,00	85,00
Mineração Nacional S.A. (operacional)	Controlada indireta	85,00	85,00
Companhia de Cimento da Paraíba - CCP (operacional)	Controlada indireta	85,00	85,00
Agroindustrial Árvore Alta S.A. (pré-operacional)	Controlada direta	100,00	100,00
Mineração Delta do Paraná S.A. (pré-operacional)	Controlada direta	100,00	100,00
Companhia de Cimento de Sergipe S.A. (pré-operacional)	Controlada direta	100,00	100,00
CCA Holding S.A. ("holding")	Controlada indireta	100,00	100,00
Companhia de Cimento Campeão e Alvorada - CCA (operacional)	Controlada indireta	100,00	100,00
Mineração Bacupari S.A. (pré-operacional) (iii) (a)	Coligada indireta	49,00	49,00
Mineração Delta de Sergipe S.A. (pré-operacional) (iii) (a)	Coligada indireta	49,00	49,00
Delta da Paraíba S.A. (i) (iii) (a)	Coligada indireta	49,00	49,00
Cantagalo Empreendimentos S.A. (não operacional) (ii) (a)	Coligada indireta	49,00	49,00
Delta de Arcos S.A. (não operacional) (ii) (a)	Coligada indireta	49,00	49,00
Delta de Matozinhos S.A. (não operacional) (ii) (a)	Coligada indireta	49,00	49,00
Nacional Empreendimentos S.A. (iv) (a)	Coligada direta	49,00	49,00

(a) A NCPAR detém 74,50% do capital social total da Nacional Empreendimentos, que está dividido em ações do tipo ordinárias e preferenciais. No entanto, para fins de controle, considera-se apenas a participação nas ações ordinárias, uma vez que estas conferem direito a voto e influência significativa. Nesse contexto, a NCPAR detém 49% das ações ordinárias da Nacional Empreendimentos S.A. e, portanto, não possui o controle sobre esta companhia, nem, conseqüentemente, sobre suas suas controladas. (i) Em agosto de 2023, a Mineração Delta do Rio S.A. teve alteração de sua denominação para Delta da Paraíba S.A.. Conforme informado na nota 1, em 2023 foi dado início à reorganização societária nas sociedades controladas da NCPAR, o que contempla movimentos de cisões e incorporações. Em 30 de novembro de 2023, a ETP Paraíba Participações S.A. passou a deter de 15% do capital social da Companhia. (ii) Em março de 2023, os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações nas Companhias Delta de Arcos S.A. e Delta de Matozinhos S.A. pela Nacional Empreendimentos. (iii) Empresas cindidas pela NCPAR para a Nacional Empreendimentos em setembro de 2024. (iv) Empresa constituída em 25 de agosto de 2023. Em 2024 passou a ser controlada pela BC Empreendimentos, deixando de ser controlada da NCPAR. As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações contábeis das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo.

2.2 Reconhecimento de receita - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos** - A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando as obrigações de desempenho são cumpridas, o que geralmente ocorre na entrega das mercadorias ao comprador. **Receita de juros** - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.3 Tributação - Imposto de renda e contribuição social - correntes** - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades

fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. **Tributos diferidos** - Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. **Tributos sobre vendas** - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto - Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e - Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas. O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Provisão para perdas de tributos** - A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou os impostos de renda diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. **2.4 Transações em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. **2.5 Subvenções governamentais** - As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia e suas controladas reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. **2.6 Instrumentos financeiros** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas e outros créditos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, contas a pagar por aquisição de terras, empréstimos e financiamentos, debêntures, obrigações por arrendamento, partes relacionadas e outras provisões. **2.7 Derivativos** - A Companhia e suas controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a variações de moedas estrangeiras. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, bem como não realiza operações envolvendo os chamados "derivativos exóticos". Como gestão da sua política de proteção, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos ("Non-Deliverable Forward - NDF") e, para tanto, contrata operações nos mercados futuros para proteção das oscilações no valor justo das operações realizadas em moeda estrangeira. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e/ou associada à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. **2.8 Caixa e equivalentes a caixa** - São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.9 Contas a receber** - As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades. A Companhia e suas controladas mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante - A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é baseada em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas. **2.10 Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo histórico de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. **2.11 Investimentos** - Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem a maioria do capital votante e exerce influência significativa. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida na controlada. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas das controladas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, a cada término do exercício social, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante dessa perda na demonstração do resultado. **2.12 Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mensuradas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.13 Intangível Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis que compreendem ativos adquiridos de terceiros e que têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são substancialmente compostos por direitos minerários e softwares. A vida útil dos ativos intangíveis é definida conforme sua natureza. A exaustão dos direitos minerários é registrada conforme volume de extração e os softwares possuem vida útil de aproximadamente seis anos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado - O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. **2.14 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 28/08/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

	Dólar Comercial : 5,1620
	Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

2.15. Receitas e despesas financeiras As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.16. Provisões** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa** - Constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas esperadas e uma avaliação individual das contas a receber inadimplentes com riscos de realização. Provisões para benefícios a empregados - As técnicas atuariais de avaliação do valor dos ativos e passivos atrelados ao plano de benefício definido utilizam premissas financeiras como taxa de desconto, taxa de retorno dos ativos e taxa atuarial de custos médicos e premissas demográficas como índice de aumento salarial e taxa de rotatividade dos empregados. A Companhia e suas controladas conta com a assessoria de um atuário externo independente, em bases anuais, para avaliar as premissas e mensurar os impactos nos ativos e passivos atuariais da Companhia e suas controladas. **Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais** - A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para desmobilização e recuperação ambiental** - As provisões para desmobilização e recuperação ambiental de cada mina são reconhecidas pela melhor estimativa da administração do valor presente dos custos futuros que devem ser incorridos. As estimativas e premissas significativas são estabelecidas na determinação do valor das provisões para restauração e recuperação. Essas estimativas e premissas tratam de incertezas como: (i) exigências da estrutura legal e reguladora relevante; (ii) a importância de possível contaminação; e (iii) à época, extensão e custos da atividade de restauração e recuperação necessária. Tais provisões são periodicamente revistas e atualizadas, com base nas melhores estimativas disponíveis naquele momento. As variações nos custos futuros estimados para os locais operacionais são reconhecidas mediante o ajuste das provisões no longo prazo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A provisão registrada no passivo é atualizada com base na taxa de desconto do grupo Buzzi S.p.A. **2.17. Benefícios a empregados** Os pagamentos de salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes são reconhecidos mensalmente no resultado por meio de provisão, respeitando o regime de competência. A Companhia e suas controladas adotam a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho individual e coletivo, da área de atuação e desempenho da Companhia. O montante, objeto da provisão, é formado com base nas melhores expectativas do valor a ser pago pela Companhia e suas controladas baseado no resultado, e na verificação (medição) periódica do cumprimento de todas as metas de desempenho. **2.18. Arrendamentos** Os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **Direito de uso e obrigações de arrendamento** - O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. A Companhia e suas controladas seguem as diretrizes estabelecidas pela sua controladora - Buzzi S.p.A. - que define a taxa interna do arrendamento da seguinte forma: Taxa de referência + Ajuste do spread de financiamento + Ajuste específico do arrendamento (se houver). Sendo a taxa de referência a taxa de juros livres de risco - taxas de swap, a qual é aplicada uma curva de ajuste spread de crédito comum que reflete as condições de financiamento disponíveis para todos os arrendatários dentro do grupo Buzzi S.p.A. Adicionalmente, deve-se avaliar se deve ser feito algum ajuste do arrendamento, uma vez que a taxa de desconto definida no contrato de arrendamento precisa ser considerada. Entretanto, este último caso não se aplica a Companhia, uma vez que seus contratos não possuem taxa de arrendamento determinada. Essas informações (taxa de referência e ajuste do spread) são enviadas mensalmente pelo departamento de tesouraria da Buzzi S.p.A. **2.19. Ativos minerários e gastos relacionados ao desenvolvimento de minas** Os custos com aquisição de reservas e recursos minerários são capitalizados no balanço patrimonial quando incorridos. Os gastos nas reservas minerárias e desenvolvimento de minas são, no início da produção, amortizados com base nas vidas úteis das minas, baseadas nas reservas economicamente recuperáveis estimadas com as quais elas estão relacionadas, ou são baixados se o projeto de mineração for descontinuado. Os valores contábeis líquidos das reservas e recursos minerários e as despesas de desenvolvimento de minas capitalizadas de cada propriedade mineradora são revisadas para verificar se há riscos de perda por redução ao valor recuperável "impairment" destes, individualmente ou considerando a unidade geradora de caixa, quando eventos e mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esses valores são maiores que seus valores recuperáveis, esse excedente é totalmente reconhecido no resultado do período financeiro em que isto é determinado. Nas operações de atividades de mineração, é necessária a remoção de estéril para ter acesso ao corpo mineral da mina. Durante a fase pré-produtiva, os custos incorridos com essa remoção são capitalizados como parte do custo do ativo minerário e amortizados de acordo com a vida útil de cada reserva mineral. O custo de remoção de estéril durante a fase de produção da mina é registrado no custo de produção à medida que incorrido. **2.20. Desmobilização e recuperação ambiental** A obrigação de incorrer em custos de restauração e recuperação ambiental surge quando algum dano ambiental é causado pelo desenvolvimento ou pela produção contínua de uma propriedade mineradora. Os custos decorrentes da desativação de instalações, do trabalho de preparação de outro local e de restauração de danos subsequentes aos locais, descontados a seu valor presente líquido, são provisionados e capitalizados no início de cada projeto, assim que surge a obrigação de incorrer nesses custos. Esses custos são debitados no resultado durante o tempo em que a operação estiver ativa, através da amortização do ativo e quando ocorrer a reversão do desconto sobre a provisão constituída. As mudanças no cálculo de um passivo relacionado com a desmobilização de instalações ou com o trabalho de preparação de outro local, resultantes de mudanças do período estimado, no valor do fluxo de caixa estimado, ou de uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo. Se uma redução no passivo for maior que o valor contábil do ativo, o excedente é imediatamente reconhecido no resultado do período financeiro que isso é determinado. Se o valor do ativo é incrementado e há um início de que o valor contábil revisado não é recuperável, é realizado teste ao valor recuperável. **2.21. Combinação de negócio e ágio por rentabilidade futura** As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída no montante de contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação após o período de mensuração são ajustes do período em que ocorrem, e ajustadas prospectivamente, com correspondentes impacto no resultado do período. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, e ajustados aos montantes dos ativos adquiridos ou passivos assumidos, e ao ágio. **2.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos** **Julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas** - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Tributos** - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. **Provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa** - A provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia e suas controladas aplicaram a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 "Instrumentos financeiros" para calcular PECLD. Conforme histórico de perdas, a Companhia e suas controladas assumem que 151 dias após a data de vencimento dos títulos é o prazo adequado para constituição de PECLD. Todos os recebíveis de terceiros vencidos há mais de 151 dias são provisionados para perda. Adicionalmente, também é adotada a prática de provisionar 100% do valor de clientes que tenham pelo menos um título em aberto há mais de 151 dias ("arrasto"). **Provisão para Obsolescência** - A Companhia e suas controladas adotam os critérios e premissas estabelecidos por sua controladora, Buzzi S.p.A., para cálculo da provisão de obsolescência de estoques. São considerados obsoletos artigos já não utilizáveis no processo de produção devido ao declínio da competitividade, utilidade, tecnologia ou valor. A obsolescência ocorre geralmente devido à disponibilidade de alternativas que têm melhor desempenho ou são mais baratas ou ambas, ou devido a alterações nas preferências, requisitos ou estilos dos utilizadores (ou seja, não mais relacionados com uma maquinaria específica). Inclui artigos danificados que já não podem ser utilizados no processo de produção devido à deterioração física ou ao desgaste. Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam procedimentos com o objetivo de avaliar quais peças estão obsoletas. Esta análise deve ser realizada com a assistência tanto dos gestores de manutenção elétrica e mecânica como do gestor da fábrica de inventário, a fim de avaliar o estado físico dos artigos com base na sua experiência e conhecimentos. O item classificado como obsoleto tem todo o seu valor provisionado no resultado da Companhia ou de suas controladas. **Vida útil do ativo imobilizado** - A vida útil remanescente do ativo imobilizado é decorrente do valor líquido do valor do custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada do bem. A vida útil dos bens é definida conforme laudos externos de empresas especializadas. A vida útil dos ativos é continuamente revisada e ajustada, quando aplicável. **Provisão para contingências** - A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis

são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) seja provável a necessidade uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e o valor que será provisionado é avaliado pelos escritórios parceiros da Companhia com base nos autos do processo em andamento. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas como prováveis, possíveis e remotas, são fundamentadas na avaliação dos escritórios de advocacia parceiros da Companhia e constantemente revisadas e avaliadas pela Administração. **2.23. Resultado básico e diluído por ação** O cálculo do resultado básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações potenciais diluidoras. **2.24. Novos pronunciamentos contábeis** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao IFRS 16 "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (Supplier Finance Arrangements (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações contábeis associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade**: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinarem se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza**: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de "own use", (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerá informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

• Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial, caso aplicável. • A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela Administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. • A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas**: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	742	1.260	71.564	74.253
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósitos bancários - CDB (i)	-	1.111	453.515	388.753
Total	742	2.371	525.079	463.007

(i) As aplicações financeiras em CDBs são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são realizadas com instituições financeiras, as quais a administração entende que sejam de primeira linha, que operam no mercado financeiro nacional remuneradas a taxas que variam de 97% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI (2023: 94% a 105%).

Documento assinado e certificado digitalmente no dia 28/08/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620
 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

4. Contas a receber (Consolidado)

	2024	2023
Cientes	174.851	186.026
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(25.417)	(33.493)
Total contas a receber	149.434	152.533

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2024	2023
Avencer	138.154	143.163
Vencidos:		
01 a 30 dias	10.131	9.097
31 a 60 dias	3.438	510
61 a 90 dias	131	643
91 a 180 dias	442	581
181 a 360 dias	8.755	874
360 dias em diante	13.800	31.158
Subtotal	174.851	186.026
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(25.417)	(33.493)
Total	149.434	152.533

A movimentação da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa esperadas está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(33.493)	(31.483)
Constituição/Reversão	(9.185)	(2.051)
Baixa	17.261	41
Saldos final	(25.417)	(33.493)

A administração entende que a provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela administração. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem contas a receber dadas em garantia de empréstimos e financiamentos.

5. Estoques (Consolidado)

	2024	2023
Produtos acabados	31.653	30.779
Produtos semiacabados	68.415	72.979
Insumos (a)	136.014	128.750
Materiais de manutenção	162.989	155.318
Materiais de acondicionamento	29.864	25.540
Outros estoques	12.772	10.342
	441.707	423.708
(-) Provisão para obsolescência	(10.533)	(9.688)
Total	431.174	414.020

(a) A variação entre os anos refere-se principalmente a quantidade em estoque do coque petróleo nos períodos comparativos, sendo em 2024 a quantidade armazenada em estoque superior a 2023. As movimentações da provisão para obsolescência durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(9.688)	(7.239)
Constituição de provisão	(1.443)	(3.489)
Reversão de provisão	598	1.040
Saldo final	(10.533)	(9.688)

6. Aplicações financeiras restritas (Consolidado) - Em 31 de dezembro de 2024, a controlada indireta, Companhia de Cimento de Paraíba - CCP, possui aplicações financeiras vinculadas como garantias a contratos de empréstimos. No longo prazo, o saldo refere-se ao contrato firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. nos anos de 2012 e 2013, cujo saldo é de R\$ 15.319 (2023: R\$ 13.936). O outro contrato de empréstimo foi firmado com o Banco do Brasil S.A. em 2012, cujo vencimento ocorrerá em 01/06/2025 e, portanto, teve o respectivo saldo de R\$ 36.433 (2023: R\$ 33.226) transferido para o curto prazo.

7. Investimentos - A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

Controladora

	2024	2023
Saldo inicial	1.574.636	1.647.163
Aumento de capital em investida (a)	442.285	947
Equivalência patrimonial	99.222	288.824
Dividendos a receber referente a 2023	(41.146)	-
Dividendos a receber de controladas	(448.028)	(359.420)
Incorporação de investida	-	(7.337)
Cisão de investimentos (nota 1a) (b)	(19.845)	-
Aquisição de participação dos minoritários (nota 22)	(403.856)	-
Incorporação de investimentos da antiga investida (nota 1 c)	-	4.459
Saldo final	1.203.268	1.574.636

(a) No exercício de 2024, a NCPAR fez aporte de capital em algumas das suas controladas, dentre as quais a CNC no montante de R\$ 440.000, na data de 26 de dezembro de 2024. O objetivo deste aporte foi viabilizar o pagamento parcial, por parte da CNC, do mútuo celebrado com a Buzzi. (b) Em 30 de setembro de 2024 a Companhia cindiu-se, vertendo sua participação no acervo da até então controlada Nacional Empreendimentos para a BC Empreendimentos, sendo o montante de R\$ 19.845 correspondente ao saldo do investimento registrado pela Companhia. Esta cisão contemplou também o valor de R\$ 678 referente a dividendos a receber, apresentado no quadro de movimentação ao longo desta nota explicativa, totalizando o montante de R\$ 20.523.

Consolidado

	2024	(a) Corresponde a parcela de 70,5% que a NCPAR detém sobre o capital social da Nacional Empreendimentos.
Saldo inicial	-	-
Constituição do investimento inicial - Nacional Empreendimentos S.A. (a)	57.977	(834)
Equivalência patrimonial (b)	-	-
Saldo final	57.143	57.143

(b) Além da equivalência patrimonial sobre a Nacional Empreendimentos, a Companhia também registrou no seu resultado, as equivalências patrimoniais referentes a Delta do Sergipe, Mineração Bacupari e Delta do Rio, que foram controladas da Companhia até março de 2025, data na qual foram baixados os investimentos nessas empresas. As informações financeiras resumidas das controladas estão escritas a seguir:

Em 2024	Não controladas									Total
	NCPB	CNC	Delta de Minas	CCS	Delta do Paraná	Árvore Alta	Delta de Sergipe (a)	Delta de Paraíba (a)	Mineração Bacupari (a)	
Capital social	248.961	1.089.939	14.169	3.336	5.769	728	1.148	19.463	38.685	77.822
Quantidade de ações	265.303.365	649.939.078	14.168.557	3.281.245	5.554.139	673.000	1.147.939	19.352.808	38.685.178	77.821.677
Participação em %	100%	100%	100%	100%	100%	0	0%	0%	0%	75%
Patrimônio líquido	(98.078)	1.184.683	53.661	1.889	3.908	100%	(1.988)	19.274	37.019	76.791
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício	208.422	(120.786)	12.114	(47)	(80)	66	(512)	(91)	(255)	(1.031)
Lucros não realizados 2023	-	550	-	1.889	3.908	(28)	-	-	-	-
Lucros não realizados 2024	-	0	-	(47)	(80)	66	-	-	-	-
Investimentos	(98.082)	1.184.683	53.661	-	-	-	-	-	-	57.143
Equivalência patrimonial	208.422	(120.786)	12.114	-	-	-	(149)	(7)	(34)	(834)
Em 2023										1.574.677
Investimentos	567.515	889.783	52.042	1.881	3.773	38	(2.096)	-	28.141	33.600
Equivalência patrimonial	164.536	115.083	9.955	(30)	(42)	(21)	(274)	-	(186)	-

(a) Considera-se o resultado das Companhias até março de 2024, cuja participação era de 100% (Delta de Sergipe e Mineração Bacupari) e 85% (Delta da Paraíba), para fins de equivalência patrimonial, momento até o qual eram controladas da NCPAR. (b) De janeiro a setembro de 2024, foi registrado resultado com equivalência patrimonial equivalente a 100% de participação sobre este investimento. De outubro de 2024 em diante, o resultado de equivalência patrimonial foi calculado considerando uma participação de 49% sobre o resultado da investida (percentual de participação da NCPAR sobre a Nacional Empreendimentos após a data da cisão em 30 de setembro de 2024). (c) Em 2023, a Nacional Projetos de Cimentos S.A. foi incorporada pela NCPAR. Até a data da incorporação, a equivalência patrimonial correspondente à participação sobre o resultado da Nacional Projetos de Cimentos S.A. totalizou R\$ 823.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	CNC	Delta de Minas	NCPB	Delta de Sergipe	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	51.698	3.247	38.473	-	93.418
Dividendos advindos de incorporação	-	-	-	3.228	3.228
Dividendos adicionais propostos	195.309	9.744	124.544	-	329.597
Dividendos recebidos	(244.591)	(12.992)	(163.017)	-	(420.600)
Dividendos mínimos obrigatórios	27.332	2.489	-	-	29.821
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.748	2.488	-	3.228	35.464
Cisão (a)	(678)	-	-	-	(678)
Dividendos adicionais propostos (2023)	19.865	7.466	13.817	-	41.148
Dividendos recebidos	(52.613)	(9.955)	(453.816)	-	(516.384)
Dividendos intermediários	5.000	-	440.000	-	445.000
Dividendos mínimos obrigatórios 2024	-	3.028	-	-	3.028
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.322	3.027	-	3.228	7.577

(a) Em 30 de setembro de 2024 a Companhia cindiu-se, vertendo sua participação no acervo da até então controlada Nacional Empreendimentos para a BC Empreendimentos. O montante de R\$ 678 corresponde a dividendos a pagar da controlada CNC que foi usado como parte do acervo cindido. CNC: Em 29 de agosto de 2024, os acionistas aprovaram através de assembleia geral extraordinária, a declaração e distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 5.000, provenientes do saldo da conta de reserva de lucros acumulados apurados até 31 de julho de 2024. No exercício de 2024 a Companhia não apurou lucro, não havendo assim constituição de dividendos mínimos obrigatórios. Delta de Minas: Em 31 de maio de 2024, os acionistas aprovaram através de Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos no valor de R\$ 9.955, o que correspondente a 100% do lucro líquido apurado no exercício de 2023. NCPB: Em 31 de maio de 2024, os acionistas aprovaram através de Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 101.802, correspondentes a 65,13% do saldo remanescente do lucro líquido de 2023 após a constituição da reserva legal. Em dezembro de 2024, os acionistas aprovaram os dividendos intercalares no valor de R\$ 440.000.

8. Imobilizado (Consolidado)

	Taxas médias de depreciação anual (%)	2024		2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	74.516	-	74.516	88.676
Edificações e benfeitorias	1,66% a 4%	660.983	(160.362)	500.621	520.576
Máquinas e equipamentos	4% a 10%	1.276.261	(766.151)	510.110	642.903
Instalações industriais	3,33% a 10%	180.667	(91.059)	89.608	98.534
Móveis e utensílios e TI	10% a 20%	20.732	(17.301)	3.431	4.172
Veículos	5% a 10%	22.424	(21.524)	900	2.767
		2.235.583	(1.056.397)	1.179.186	1.357.628
Imobilizado em andamento (a)	-	465.924	-	465.924	381.110
Total		2.701.507	(1.056.397)	1.645.110	1.738.738

(a) O saldo de imobilizado em andamento é constituído majoritariamente pela aquisição de equipamentos destinados a ampliação da planta industrial, denominada CNC II, controlada da Companhia. Devido ao cenário econômico atual, a CNC reduziu o ritmo das obras, o qual já foi readequado ao plano de investimentos da Companhia, conforme retomada do crescimento econômico do país. Considerando também a controlada CCA, existem diversos projetos em andamento de adequação da linha fabril, automação industrial e de reestruturação de construções e benfeitorias.

	Saldo em 31/12/22	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Reclassificação Cisão		Saldo em 31/12/24
						-cação (b)	(c)	
Terrenos	88.676	-	-	(1.567)	-	69.231	(81.824)	74.516
Edificações e benfeitorias	520.576	-	(25.823)	-	5.867	-	-	500.621
Máquinas e equipamentos	642.903	101	(84.766)	(715)	22.600	(70.015)	-	510.110
Instalações industriais	98.534	-	(8.949)	-	23	-	-	89.608
Móveis e utensílios e TI	4.172	-	(1.101)	-	381	-	(21)	3.431
Veículos	2.767	-	(1.864)	-	-	-	-	900
	1.357.628	101	(122.503)	(2.282)	28.871	(784)	(81.845)	1.179.186
Imobilizado em andamento (a)	381.110	113.748	-	-	-28.871	3	(66)	465.924
Total	1.738.738	113.849	(122.503)	(2.282)	0	(781)	(81.911)	1.645.110

(a) A movimentação no ano de 2024 é constituída essencialmente pelos projetos de adequação de linha fabril, como compra de investidores, automação industrial, e de reestruturação de construções e benfeitorias (projeto de construção do galpão do almoxarifado da fábrica da CNC; ampliação do sistema de combate a incêndio). (b) Reclassificação entre linhas referente a ajuste do saldo da mais valia de terrenos para melhor apresentação e reclassificação entre imobilizado R\$ 70.015; e intangível R\$ 781: R\$ 784, referente a Direito de Usufruto cadastrado erroneamente no ativo imobilizado e de R\$ 3, referente a projetos cadastrados erroneamente no ativo intangível. (c) Conforme informado na nota 1, em 2023 foi dado início à reorganização societária nas sociedades controladas da NCPAR, o que contempla movimentos de cisões e incorporações. O movimento em questão corresponde a cisão da Nacional Empreendimentos e suas controladas para BC Empreendimentos.

	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Reclassificação		Saldo em 31/12/24
						(b)	(c)	
Terrenos	120.564	-	(5.185)	-	(5.922)	(20.780)	-	88.677
Edificações e benfeitorias	538.122	-	(24)	(23.444)	5.922	-	-	520.576
Máquinas e equipamentos	687.154	1.183	(93)	(90.007)	44.666	-	-	642.903
Instalações industriais	107.310	-	-	(8.776)	-	-	-	98.534
Móveis e utensílios	3.874	-	-	(1.014)	-	-	-	2.860
Veículos	3.984	247	-	(1.464)	-	-	-	2.767
Tecnologia da informação	1.535	-	-	(224)	-	-	-	1.311
	1.462.543	1.430	(5.302)	(124.928)	44.666	(20.780)	-	1.357.628
Imobilizado em andamento (a)	292.737	131.463	-	-	(44.666)	-	1.576	381.110
Total	1.755.280	132.893	(5.302)	(124.928)	0	(19.204)	-	1.738.738

(a) O saldo de imobilizado em andamento é constituído majoritariamente pela aquisição de equipamentos destinados a ampliação da planta industrial, denominada CNC II e pelos projetos de adequação da linha fabril e de reestruturação de construções e benfeitorias da Companhia de Cimentos Campeão e Alvorada - CCA. (b) Valor reclassificado entre imobilizado e intangível R\$ 1.576, referente a projetos cadastrados erroneamente em Softwares e reclassificação do direito de uso (R\$ 20.780) da propriedade rural da rubrica de imobilizado para o intangível. Durante o exercício de 2024, não houve qualquer indicativo de "impairment" / perda para os bens do ativo imobilizado. A administração da Companhia e suas controladas entendem que o ativo imobilizado é recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras. A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado e concluiu que as taxas utilizadas refletem a vida útil estimada dos bens. Em 2024, a Companhia e suas controladas se adequaram a alguns critérios específicos de taxas de depreciação do grupo Buzzi S.p.A., com o ajuste na taxa média de depreciação anual da rubrica de máquinas e equipamentos para 5% (3% em 2023). Essa adequação gerou um impacto no ano de 2024 de R\$ 8.636 a mais na depreciação do exercício no Consolidado. Conforme descrito na Nota 11, a Companhia e suas controladas possuem bens do ativo imobilizado dados como garantias a empréstimos e financiamentos.

9. Intangível (Consolidado)

	2024		2023	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Jazida (a)	45.097	(5.973)	39.124	38.949
Custos para retirada de ativos (b)	640	(87)	553	938
Software	38.398	(30.754)	7.644	12.250
Outros direitos intangíveis	1.050	(761)	289	289
Direito de usufruto - terrenos rurais	34.051	-	34.051	20.780
Ágio	512.886	-	512.886	512.886
Total	632.122	(37.575)	594.547	586.092
Projetos em andamento (c)	21.947	-	21.947	18.747
Total	654.069	(37.575)	616.494	604.839

(a) Direitos min inerários adquiridos pelas controladas Delta de Minas e MNAC e CCA. (b) Gastos que a controlada Delta de Minas e MNAC e CCA terão para recompor as áreas das minas, localizadas nas cidades de Sete Lagoas-MG e Pitimbu-PB, respectivamente, quando os direitos de exploração terminarem. Os direitos minerários e os gastos ligados à retirada são capitalizados e amortizados com base no método de unidades produzidas. (c) Corresponde a pequenos projetos para melhorias no SAP de modo geral, projetos de melhorias específicos para a área de Suprimentos, Controladoria e Fiscal e implantação de BI no SAP. Na controlada CCA, estão representados por projetos referentes a: sistema de monitoramento de controle e produção industrial e também upgrade dos sistemas elétricos e automação.



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 28/08/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife

9. Intangível (Consolidado) - (continuação):
A seguir apresentamos a movimentação do ativo intangível:

Jazida	Saldo em		Transferência	Reclassificação	Cisão	Saldo em
	31/12/23	31/12/24				
Custos para retirada de ativos	38.950	149	(357)	-	385	(3)
Software	938	-	-	-	(385)	-
Outros direitos intangíveis	12.250	-	(4.606)	-	-	7.644
Direito de usufruto - terrenos rurais	289	-	-	-	-	289
Ágio	20.780	12.487	-	784	-	34.051
	512.886	-	-	-	-	512.886
Projetos em andamento (a)	586.093	12.636	(4.963)	784	0	(3)
	18.747	3.366	-	(3)	(163)	21.947
	604.840	16.002	(4.963)	781	0	(166)

(a) As adições correspondem a projetos de contratação de serviço de consultoria para área de aplicações e melhorias de processos nas áreas financeira, fiscal, suprimentos e almoxarifado. (b) Valor reclassificado entre imobilizado e intangível no valor de R\$ 784, referente a Direito de Usufruto; e de R\$ 3, referente a projetos cadastrados inicialmente no ativo intangível e reclassificados para o Imobilizado para melhor apresentação. (c) Reclassificação entre linhas do intangível para melhor representação dos saldos finais. (d) Conforme informado na nota 1, em 2023 foi dado início à reorganização societária nas sociedades controladas da NCPAR, o que contempla movimentos de cisões e incorporações. O movimento em questão corresponde a cisão da Nacional Empreendimentos e suas controladas para BC Empreendimentos.

Jazida	Saldo em		Transferência	Reclassificação	Saldo em
	31/12/22	31/12/23			
Custos para retirada de ativos	947	728	(341)	-	38.950
Software	38.562	-	-	-	938
Outros direitos intangíveis	938	1.978	(4.293)	148	12.250
Direito de usufruto - terrenos rurais	14.417	-	-	-	289
Ágio	289	-	-	-	20.780
	512.886	-	-	-	512.886
Projetos em andamento (b)	567.092	2.706	(4.634)	148	20.780
	15.947	4.524	-	(148)	(1.576)
	583.039	7.230	(4.634)	-	19.204

(a) Valor reclassificado entre imobilizado e intangível R\$ 1.576, referente a projetos cadastrados erroneamente em Softwares e reclassificação do direito de uso (R\$ 20.780) da propriedade rural da rubrica de imobilizado para o intangível. (b) Gastos com projetos para avanços de áreas para exploração e em melhorias de sistemas (ERP); **Redução ao valor recuperável do ágio** - A Companhia avaliou, com base em 31 de dezembro de 2024, a recuperação do valor contábil do ágio, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio. O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela administração da Companhia ao longo de cinco anos, mais perpetuidade. O fluxo de caixa projetado foi sensívelizado com as melhores estimativas de volumes, baseada nas previsões de crescimento da economia das regiões de atuação da Companhia, na sua participação de mercado e na tendência do consumo de cimento, e de preço considerando a recuperação ao longo das projeções de patamares realizados em anos anteriores. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região. No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,99% (2023: 10,91%) e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,5% (2023: 3,5%), considerando o IPCA nominal. Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidada	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	215	7	104.829	118.749
Fornecedores estrangeiros	-	-	2.893	1.717
Total	215	7	107.722	120.466

A Companhia e suas controladas não realizam operações de risco sacado com seus fornecedores.

11. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Indexador	Taxa média de juros a.a.	2024		2023	
			2024	2023	2024	2023
Finame (a)	TJLP	2,5% a 8,7%	-	26	-	26
FNE (b)	n/a	2,94%	97.231	129.629	-	-
FDNE (c)	n/a	2,50%	26.518	79.547	-	-
Empréstimo 4131 (d)	n/a	6,81%	-	37.247	-	-
Empréstimo 4131 - Swap (d)	CDI	CDI (-) 0,68%	-	878	-	-
Capital de giro (e)	CDI	CDI + 1,3%	37.731	57.133	-	-
			161.479	304.460	-	-
			(9.011)	(11.820)	-	-
			152.468	292.640	-	-
			77.683	140.398	-	-
			-	152.242	-	-

As principais informações dos contratos estão apresentadas a seguir: a) Financiamentos contratados para aquisição de máquinas e equipamentos firmados junto ao Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú BBA S.A. Estes FINAMES têm como garantia a alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos e aval concedido por pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo. b) Financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. para dar suporte financeiro a construção de fábrica de cimentos da CCP no município de Pitimbu - PB. A operação tem como garantia a fiança de 100% do saldo devedor, tendo como fiador o Banco Bradesco S.A. e aplicações financeiras restritas mantidas no Banco do Nordeste, no montante de R\$ 15.319 (2023: R\$ 13.936), conforme nota 6. c) Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A. para dar suporte financeiro a construção de fábrica de cimentos da CCP no município de Pitimbu - PB. A operação tem como garantias: • Hipoteca do imóvel da CCP. • Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos da fábrica. • Penhor de 100% das ações da CCP. • Aplicações financeiras restritas mantidas no Banco do Brasil, no montante de R\$ 36.433 (2023: R\$ 33.226), conforme Nota 6. d) Empréstimo contratado em setembro de 2023 em moeda estrangeira, dólar, devido a necessidade de capital de giro para aquisição de insumo estratégico importado. Para o mesmo, foi contratado um instrumento derivativo swap com um custo de CDI (-) 0,68%; e) Empréstimos contratados para liquidação antecipada do financiamento original da expansão da fábrica. Estes empréstimos têm como garantias avais corporativos concedidos por pessoas jurídicas integrantes do Grupo Buzzi S.p.A.

As parcelas vencíveis a longo prazo possuem a seguinte composição:

	2024	2023
2025	-	74.750
2026	48.135	48.228
2027	29.548	29.264
	77.683	152.242

A movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	292.640	357.342
Captações	-	36.859
Custos de transação	(1.052)	(1.291)
Custos de transação apropriados	3.859	3.959
Juros incorridos	11.690	16.653
Variação cambial	6.162	(563)
Swap	(878)	878
Pagamento de juros	(94.381)	(9.171)
Pagamento de principal	(65.572)	(112.025)
Saldo final	152.468	292.640

Custos de transação - As controladas CCP e CNC possuem o seguinte custo de transação, proveniente de determinados contratos de empréstimos:

Taxa contratual	Custo efetivo - taxa interna de retorno	Custos amortizados	Custos a apropriar em períodos subsequentes	Custo total da transação
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
2,5% a.a.	2,64 a 2,93% a.a.	21.201	90.011	30.212

(a) Taxa de juros contratual anual.
(b) Custo efetivo da operação com base no cálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR).
(c) Custos de transação amortizados até 31 de dezembro de 2023.
(d) Total de custos a apropriar no período de vigência do contrato que se encerra em dezembro de 2026.
(e) Custo total da transação (c+d).
A controlada CCP possui contratos que determinam o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), são eles:
(i) razão entre dívida líquida / Ebitda menor ou igual a 3.
No exercício de 2024, os índices financeiros estabelecidos foram cumpridos.

12. Debêntures (Consolidado)

Descrição	Encargos incidentes	Saldo em 31/12/2023	Juros e encargos	Amortização de principal	Amortização de juros	Custos de Transação	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
1ª emissão de debêntures (a)	CDI + 1,35%	46.665	3.985	(23.077)	(4.474)	-	23.099
(-) Custos de transação		(233)	-	-	-	127	(107)
		46.432	3.985	(23.077)	(4.474)	127	22.992
Circulante		23.470	-	-	-	-	23.470
Não circulante		22.962	-	-	-	-	22.962

Descrição	Encargos incidentes	Saldo em 31/12/2022	Juros e encargos	Amortização de principal	Amortização de juros	Custos de Transação	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
1ª emissão de debêntures (a)	CDI + 1,35%	70.183	8.111	(25.167)	(6.462)	-	46.665
(-) Custos de transação		(380)	-	-	-	147	(233)
		69.803	8.111	(25.167)	(6.462)	147	46.432
Circulante		23.899	-	-	-	-	23.470
Não Circulante		45.904	-	-	-	-	22.962

(a) Em dezembro de 2019, a CNC realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. As debêntures têm prazo final de vencimento de 6 anos, contados a partir da data de emissão, e estão sendo amortizadas em 18 parcelas trimestrais consecutivas, tendo o primeiro vencimento em 28 de novembro de 2022. Estão garantidas por: (i) Fiança solidária da acionista Buzzi S.p.A., de 100% (cem por cento) das ações de emissão; O contrato de debêntures que é junto ao banco Itaú determina o cumprimento de índice financeiro (covenant), sendo ele: (i) razão entre dívida financeira e Ebitda menor ou igual a 3; No exercício de 2024, o índice financeiro estabelecido foi cumprido. As parcelas vencidas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2024	2023
2025	-	22.962
2026	-	-
	-	22.962

13. Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributos a recuperar:				
ICMS a recuperar	-	-	14.909	14.682
IPI a recuperar (a)	-	-	7.331	9.946
PIS e Cofins a recuperar	-	-	7.315	9.599
IRRF a recuperar	461	639	7.043	6.787
IRPJ e CSLL a compensar (b)	812	1.110	14.276	10.864
Outros	140	3	1.670	1.336
	1.413	1.753	52.544	49.174
Circulante	1.413	1.753	34.498	28.239
Não circulante	-	-	18.046	20.935

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributos a recolher:				
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	3.281	3.087
ICMS a recolher	17	-	27.253	27.575
PIS e Cofins a recolher	-	15	3.902	6.071
(-) Incentivo cultural	5	-	(1.787)	-
Outros	-	-	3.288	4.126
Total	22	15	35.857	40.859
Circulante	22	15	34.664	39.980
Não circulante	-	-	1.193	879

(a) Utilização do crédito gerado na aquisição de insumos, via PER para compensação com outros impostos federais. (b) Variação se deve ao aumento dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados no exercício de 2024 na controlada Companhia Nacional de Cimento - CNC, a qual apresentou prejuízo no exercício.

14. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e passivo ambiental (Consolidado) - As controladas da Companhia, no curso normal de suas operações, são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, tendo a administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na avaliação de seus assessores jurídicos quanto às demandas judiciais. A composição e a movimentação consolidada da provisão para riscos são assim demonstradas:

	Trabalhistas (a)			Ambientais (b)			Cíveis (c)			Tributários (d)			Total
	2024	2023	2024	2024	2023	2024	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Saldo em 31/12/2022	22.402	8.727	1.590	32.273	64.992	-	-	-	-	-	-	-	
Adições	3.358	883	188	2.771	7.200	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos	(846)	(511)	(2)	-	(1.359)	-	-	-	-	-	-	-	
Reversões	(6.130)	(1.833)	(10)	(1.175)	(9.148)	-	-	-	-	-	-	-	
Reclassificação (e)	47	(5.099)	-	-	(5.052)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2023	18.831	2.167	1.766	33.869	56.633	-	-	-	-	-	-	-	
Adições	1.221	157	127	87	1.592	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos	(267)	-	(36)	(2.449)	(2.752)	-	-	-	-	-	-	-	
Reversões	(2.746)	(1.350)	(1)	(3.004)	(7.101)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2024	17.039	974	1.856	28.503	48.372	-	-	-	-	-	-	-	

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisões para riscos é substancialmente composto por riscos identificados durante o processo de aquisição dos ativos e passivos da "CCA". (a) **Trabalhistas:** os principais processos em aberto envolvem, a discussão sobre a responsabilidade do tomador de serviços e respectiva solvência e insolvência, adicionais de insalubridade e periculosidade, entre outros. Vale mencionar que a controlada CCA é ré em processos trabalhistas seja diretamente ou como sucessora da "Lafarge" ou da "Holcim" e constitui provisão para perdas consideradas prováveis pelos seus assessores jurídicos. (b) **Ambientais:** compreende provisões para riscos ambientais prováveis conforme autos de infração. (c) **Cíveis:** principal processo (R\$ 1.578) refere-se a uma ação de reintegração de posse referente a um imóvel localizado em Matozinhos-MG. (d) **Tributários:** refere-se, substancialmente, a provisão de processos relacionados à Contribuição Financeira pela Exploração Mineral - CFEM no montante de R\$ 23.343 e ao auto de infração envolvendo a discussão de crédito de ICMS que os assessores jurídicos avaliaram, em 2023, o processo como risco de perda provável no montante de R\$ 3.064 e em 2024 reverteu tais provisões e efetuou o pagamento de R\$ 986. (e) O montante de provisão para área degradada R\$ 5.051 foi reclassificado para a rubrica de outras provisões de longo prazo para melhor apresentação. O montante de R\$ 47 foi reclassificado da linha de contingências ambientais para trabalhistas para melhor representação dos saldos. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, há processos com perda considerada possível no montante de R\$ 170.777 (R\$ 126.209 em 2023). Nas controladas CNC e CCA o montante de R\$ 103.689 (R\$ 164.597 em 2023), refere-se majoritariamente a autuações de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e ANM (Agência Nacional de Mineração); também, referem-se a autos de infração de ICMS e IPI relacionados, principalmente, a glosa de créditos sobre produtos intermediários; nas controladas CCP e Mineração Nacional o montante de R\$ 39.968 (44.432 em 2023) que refere-se em sua maioria a autos de infração de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), a glosa de créditos de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre produtos intermediários; já na controlada Delta de Minas o montante de R\$ 1.000 (R\$ 158 em 2023), refere-se a autuação de CEFEM em trâmite perante o Departamento Nacional de Produção Mineral, que tem por objeto parcelas supostamente não pagas, ou pagas a menor. **Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais relativos a causas cíveis, tributárias e trabalhistas, no montante de R\$ 12.016 (2023: R\$ 10.249). Parte substancial desse valor refere-se a depósitos judiciais tributários e trabalhistas da controlada CCA. **15. Patrimônio líquido (Controladora) - a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 852.549 (2023: R\$ 873.072), representado em 2024 por 617.158.452 ações ordinárias e 8.508.710 ações preferenciais (2023: 633.789.938 ações ordinárias), todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, por sua vez, não conferem direitos a voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, mas conferem aos seus titulares a prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, sobre as ações ordinárias. Em 30 de setembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia via cisão, sendo o acervo cindido corresponde a participação da, até então controlada da Companhia, Nacional Empreendimentos. Considerando que o valor patrimonial contábil do acervo cindido correspondia a R\$ 20.523.043,5 (vinte milhões, quinhentos e vinte e três mil, quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), a cisão acarretou na redução do capital social da Companhia no mesmo montante. Em 3 de outubro de 2024, como parte do projeto de reestruturação societária mencionado na nota 1, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando a nova composição do seu capital social, resultante da aquisição, nesta data, pela Buzzi Participações Ltda., da totalidade da participação até então detida pela BC Investimentos S.A. no capital social da Companhia.

	2024	2023
BC Investimentos S.A.	-	316.894.969
Buzzi S.p.A	316.894.969	316.894.969
Buzzi Participações Ltda.	308.772.193	-
Total	625.667.162	633.789.938

b) Reserva de capital - Ágio - Corresponde a parcela do preço de emissão de ações preferenciais destinada à formação de reserva de capital em decorrência do acordo de acionistas firmado em 2 de abril de 2013, em conformidade com o artigo 14 da Lei nº 6.404/76. **Outras provisões** - Referem-se a valores estimados para ajuste de preço de ações. Em dezembro de 2022, a Companhia foi notificada por ex-acionistas minoritários referente ao exercício de direito de antecipação ao recebimento do preço adicional estabelecido no instrumento contratual que dispõe sobre a venda, realizada em 2018, da totalidade das participações societárias anteriormente detidas pelos referidos ex-acionistas na Companhia. Os pagamentos do preço adicional ocorreram em junho e julho de 2023, no montante de R\$ 257.584. **Reserva especial** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi constituída uma reserva especial no patrimônio líquido, no montante de R\$ 403.856, decorrente da aquisição que a companhia passou a deter na participação remanescente de acionistas minoritários - ETP Paraíba Participações S.A. - na controlada CCP Holding. A expectativa é que a efetivação financeira da transação ocorra em meados de 2025, contudo, os efeitos patrimoniais da negociação foram reconhecidos ainda no exercício de 2024 quando do direito de venda exercido pelo acionista minoritário - ETP Paraíba Participações S.A., em meados do segundo semestre de 2024. A transação envolveu a compra da totalidade das ações pertencentes aos acionistas minoritários, que detinham, até então, participação correspondente a 15% no capital social da CCP Holding. Após a conclusão da operação, a Companhia passará a deter 100% do capital das referidas entidades, consolidando integralmente o controle societário e econômico. A constituição da reserva especial foi deliberada com o objetivo de refletir, no patrimônio líquido, os efeitos patrimoniais da referida aquisição. A contrapartida deste valor foi registrada no passivo financeiro da Companhia. **c) Reservas de lucros** - Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: a reserva de retenção de lucros é constituída com saldos remanescentes de lucros acumulados, com a finalidade de atender ao plano de crescimento da Companhia. **d) Dividendos** - Do saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, será destinado 50% para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos mínimos obrigatórios propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram apurados conforme demonstrado a seguir:

</

18. Custos e despesas por função e natureza - continuação

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Pessoal, Frete e carretos, Serviços (c), Aluguéis, Viagens e estadias, Impostos e taxas, Informática, Outras (despesas) receitas (d), Total.

(a) No consolidado, o decréscimo observado entre 2024 e 2023, é decorrente, essencialmente pela redução no preço do coque de petróleo e um menor gasto com materiais de manutenções elétricas e mecânicas em suas controladas diretas e indiretas CNC, CCP e CCA. (b) Além da depreciação e amortização usuais dos ativos, refere-se também a amortização da mais e menos valia de ativos e passivos adquiridos em combinação de negócios. No consolidado, parte do saldo é reclassificado nas despesas com depreciação e outra parte para despesas com contingências (outras despesas). (c) No ano de 2024, a controlada CCP efetuou manutenções no forno e moinho mais relevantes. Com isso, houve maiores gastos com serviços específicos, como: aplicação de material de desgaste e revestimento. (d) O decréscimo no consolidado observado entre 2024 e 2023 é decorrente, em sua maioria, da sua controladora CCP, justificado pela reversão do saldo de provisões de risco para contingências dentre outras despesas pulverizadas entre naturezas diversas que sofreram redução.

19. Resultado financeiro

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Receitas financeiras, Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (b), Variação cambial ativa (a), Rendimento de aplicações financeiras, Juros recebidos, Descontos recebidos, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras, Perdas com instrumentos financeiros derivativos, Variação cambial passiva (a), Juros sobre empréstimos e financiamentos e custos de transação apropriados (Nota 11), Juros sobre debêntures e custos de transação apropriados, Juros sobre mútuos, Juros sobre arrendamento, Atualização do passivo contratual (d), Outras despesas financeiras (c), Resultado financeiro.

(a) O aumento do efeito líquido negativo da variação cambial no exercício ocorreu, substancialmente, pela elevação da taxa de câmbio em 2024, considerando que a sua controlada CNC possui, principalmente, um contrato de mútuo com a Buzzi S.p.A. em dólar com valor relevante. (b) Ganho financeiro do efeito SWAP após término do contrato de Empréstimo 4131 da controlada CNC (nota 11). (c) Acréscimo referem principalmente ao aumento dos descontos financeiros na controlada CNC, que no ano de 2024 aumentou o volume de descontos financeiros com alguns clientes estratégicos. (d) Em 2024, a variação apresentada na controladora refere-se à atualização do passivo contratual (Earmout) pago aos antigos acionistas minoritários da NCPAR. O pagamento foi efetuado no exercício de 2023 e, portanto, em 2024 não houve mais valor a ser atualizado.

20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado) - a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

Table with columns: Lucro presumido (2024, 2023), Lucro real (2024, 2023), Total (2024, 2023). Rows include Imposto de renda e contribuição social, Correntes, Imposto de renda - incentivo fiscal, Diferidos.

A alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social é impactada em decorrência da base de tributação, lucro presumido e lucro real, utilizada para participações da Companhia, bem como pelo incentivo fiscal de redução do imposto de renda e de subvenções governamentais. Para as controladas que adotam o regime de tributação do lucro real, as despesas do imposto de renda e de contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

Table with columns: Lucro real (2024, 2023). Rows include Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota nominal combinada - %, Imposto de renda e contribuição social (Adições) exclusões permanentes, líquidas, Incentivo fiscal - FAIN, Incentivo fiscal - Sudene, Reversão da perda de IRPJ e CSLL diferidos, Outras (a), Total de adições permanentes, Imposto de renda e contribuição social no resultado, Alíquota efetiva (b).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos A administração da Companhia adota como prática o reconhecimento dos efeitos contábeis sobre os ativos e passivos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, conforme CPC 32. Os impostos diferidos foram calculados, considerando incentivo fiscal de redução do imposto de renda e para a contribuição social. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Ativo fiscal diferido, Imposto de renda sobre prejuízo fiscal, Contribuição social sobre base negativa, Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, Provisão para participação no resultado do exercício, Provisão de processos judiciais e tributos com exigibilidade suspensa, Variação cambial passiva, Amortização da mais valia do ativo imobilizado, Outros, Passivo fiscal diferido, Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, Variação cambial ativa, Amortização da menos valia sobre ativos e passivos, Diferença de taxa de depreciação (a), Total, Imposto de renda e contribuição social diferido, líquidos, Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo, Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo.

21. Partes relacionadas - A Companhia possui os seguintes valores de transações com partes relacionadas:

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Ativo Circulante, Gastos corporativos (c), Mineração Bacupari, Mineração Delta de Sergipe, Mineração Delta da Paraíba, Nacional Empreendimento, Não Circulante, Mútuo Delta do Sergipe, Mútuo Delta da Paraíba, Mútuo Nacional Empreendimentos (a), Mútuo BC Empreendimentos (b).

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Passivo Circulante, Companhia Nacional de Cimento - CNC, Gastos corporativos (c), Companhia de Cimento Campeão e Alvorada - CCA, Gastos corporativos (c), Buzzi S.p.A., Partes relacionadas, Mútuo (d), Não circulante, Buzzi S.p.A., Mútuo (d), Resultado: Gastos corporativos (c), Companhia Nacional de Cimento - CNC, Companhia de Cimento Campeão e Alvorada - CCA, Mútuo, Buzzi S.p.A. (e).

(a) Em 13 de junho de 2024, a controlada indireta CCA celebrou contrato de mútuo com a Nacional Empreendimentos S.A. no montante de R\$7.500 + IOF, sem juros e por prazo indeterminado. Em 16 de dezembro de 2024, foi celebrado novo contrato de mútuo com a Nacional Empreendimentos S.A. no montante de R\$30.000 + IOF, com o recurso sendo disponibilizado gradativamente ao longo de 2025, sem juros e com prazo de vencimento de 3 anos. Saldo atual do mútuo é de R\$ 8.426. Em 1º de março de 24, a Companhia celebrou o contrato de mútuo com a Nacional Empreendimentos S.A. no montante de R\$ 1.498 + IOF, sem juros e por prazo indeterminado. Saldo atual do mútuo é de R\$ 1.498. (b) Em 31 de julho de 2024, a controlada indireta CCA celebrou contrato de mútuo com a BC Investimentos S.A no montante de R\$ 19.845 + IOF, com prazo de vencimento de 3 anos. Em 30 de agosto de 2024, o referido contrato, no montante de R\$20.225 compôs o total do acervo cindido da BC Investimentos S.A. para a BC Empreendimentos S.A., mediante o processo de reorganização societária, conforme citado na Nota 1. (c) Valores referentes a despesas corporativas do Grupo e que são pagas pela controlada Companhia Nacional de Cimento - CNC e pela Companhia de Cimento Campeão e Alvorada - CCA, sendo objeto de rateio para as empresas do Grupo que receberam os referidos serviços, mediante critérios estabelecidos entre as partes e acordado contratualmente. (d) Em 15 de abril de 2021, a controlada da Companhia, CNC, obteve um empréstimo (mútuo) junto a Buzzi S.p.A., em dólar no montante de USD 242.000.000, para aquisição da CCA Holding, e suas controladas, durante o exercício de 2021. Os juros desse empréstimo serão amortizados ao final de cada trimestre até o pagamento do principal em abril de 2026. A remuneração desse empréstimo é de 1,759% ao ano. Em 26 de dezembro de 2024, foi realizado amortização parcial do empréstimo no valor de USD 71.295.471,12, desde então o valor principal do empréstimo é de USD 170.704.528,88, sem que tenham sido alteradas as demais cláusulas do contrato. O montante remanescente deste mútuo é de R\$ 1.061.206. Em 20 de dezembro de 2024, a controlada da Companhia, Nacional Cimentos da Paraíba (NCPB), obteve um empréstimo (mútuo) junto a Buzzi S.p.A., em reais no montante de R\$ 440.000, para pagamento de dividendos a NCPAR. Os juros desse empréstimo serão amortizados ao final de cada trimestre até o pagamento do principal em dezembro de 2034. A remuneração desse empréstimo é de CDI + 0,87% ao ano. O montante remanescente deste mútuo é de R\$ 440.646. (e) Trata-se do efeito dos juros e da variação cambial que a Companhia possui em seu resultado, oriundos dos mútuos que suas controladas NCPB e CNC possuem junto a Buzzi S.p.A. A abertura destes valores está no quadro abaixo que demonstra a movimentação do mútuo.

A movimentação dos empréstimos, com partes relacionadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Saldo inicial, Captações, Juros incorridos, Variação cambial, Pagamento de principal, Pagamento de juros, Saldo final.

Remuneração da administração A Companhia e suas controladas não concedem remuneração baseada em ações, nem tampouco benefícios pós-emprego ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 2024, a remuneração das pessoas-chaves da administração das suas controladas da Companhia foi de R\$ 15.211 (R\$ 16.327 em 2023), sendo remuneradas através de pró-labores (quando diretores estatutários) ou salários (quando registrados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).

22. Outros passivos financeiros (Consolidado) - Em outubro de 2024 os acionistas minoritários da controlada CCP Holding S.A., a companhia ETP Paraíba Participações S.A., exerceram o direito de venda de sua participação societária, conforme previsto nas cláusulas do Acordo de Acionistas vigente. Em decorrência da transferência substancial dos riscos e benefícios associados à participação societária, a companhia reconheceu, no consolidado, em consonância com os princípios contábeis aplicáveis, uma provisão no passivo circulante, correspondente ao valor estimado da contraprestação devida pela aquisição dessa participação em 31 de dezembro de 2024. O montante da provisão foi determinado com base na fórmula estabelecida contratualmente no Acordo de Acionistas, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2023, e realizou a atualização monetária pela variação do CDI até a data prevista para liquidação da obrigação. A liquidação financeira está sujeita aos termos e prazos estipulados no referido Acordo, estando a Companhia comprometida com a conclusão do processo nos termos pactuados. O valor da contraprestação até 31 de dezembro de 2023, calculada a partir dos termos presentes no Acordo de Acionistas, foi de R\$ 403.856. A atualização monetária registrada até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 10.285, registrada como despesa financeira no exercício (Nota 19).

23. Contas a pagar por aquisição de terras (direito de usufruto) (Consolidado)

Table with columns: 2024, R\$ mil. Rows include Passivo Circulante, Contas a pagar por aquisição de terras (direito de usufruto), Passivo Não Circulante, Contas a pagar por aquisição de terras (direito de usufruto), Total.

24. Benefício concedido a empregados - Em janeiro de 2013, as controladas CNC, CCA, CCP, Delta de Minas e MNAC contrataram a Bradesco Vida e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar denominado NacionalPrev, Plano Coletivo instituído na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) que tem por finalidade principal propiciar aos seus empregados, dirigentes e aos seus respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. A controlada CCA no ano de 2023 aderiu também ao plano, como opção aos colaboradores. O plano é de contribuição definida e aberto para a participação de todos os empregados, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pelas controladas da Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria. No exercício de 2024, a despesa das controladas da Companhia com previdência complementar na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) para seus colaboradores, totalizou R\$ 1.705 (R\$ 2.158 em 2023). 25. Compromissos - Em 31 de dezembro de 2024, as controladas, possuem as seguintes obrigações contratuais e compromissos: CNC - Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica convencional, para atendimento à demanda mensal de produção da planta industrial instalada em Sete Lagoas/MG, durante o período de fornecimento compreendido entre 01/01/2021 e 31/12/2028. O custo estimado para 2025 até 2028, data de vencimento dos contratos, é de R\$ 59.347. CCA - Possui obrigação contratual e compromisso referente Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica convencional, para atendimento à demanda mensal de produção das plantas industriais instaladas em Arcos, Santa Luzia, Matozinhos, localizadas em Minas Gerais, e Cantagalo no Rio de Janeiro, durante o período de fornecimento compreendido entre 01/01/2023 e 31/12/2026. O custo estimado para 2025 até 2026, data de vencimento dos contratos, é de R\$ 109.925. CCP - Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica convencional, para atendimento à demanda mensal de produção da planta industrial instalada em Pitimbu/PB, durante o período de fornecimento compreendido entre 01/01/2021 e 31/12/2028. O custo estimado para 2025 até 2028, data de vencimento dos contratos, é de R\$ 57.900.

26. Instrumentos financeiros - Considerações gerais. A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Gestão de capital. • Risco operacional. Essa Nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o seu gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas não mantêm instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A controlada CNC operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2024 e 2023 para limitar sua exposição a riscos de variação cambial nas operações de financiamento em moeda estrangeira, e custos dos insumos de produção. Os instrumentos foram liquidados em 2024 com a quitação integral do empréstimo correspondente. Estrutura do gerenciamento de risco - A administração tem responsabilidade pelo gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e por suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito - Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 28/08/2025 conforme MP nº 2.200-2. Autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã PE. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

Table with columns: Dólar Comercial : 5,1620, Dólar Turismo : 5,3054.

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165

depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating". **Contas a receber e outros créditos** - A Companhia e suas controladas em operação, CCA, CCP, CNC, Mineração Nacional e Delta de Minas, possuem exposição ao risco de crédito os quais são influenciados, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. O contas a receber destas empresas é pulverizado e não há históricos de perdas significativas por inadimplência. A administração estabeleceu uma política de crédito incluindo avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente. É estabelecida, quando aplicável, uma provisão para redução ao valor recuperável que representa a estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber e outros créditos e investimentos. O principal componente desta provisão está relacionado a riscos significativos individuais. **Investimentos** - A Companhia e suas controladas limitam sua exposição a riscos de crédito ao investirem apenas em títulos líquidos de renda fixa, com alta liquidez e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **Exposição aos riscos de crédito** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos (nota 3)	742	1.260	71.955	74.253
Aplicações financeiras (nota 3)	-	1.111	453.124	388.753
Aplicações financeiras restritas (nota 6)	-	-	51.752	47.163
Contas a receber (nota 4)	-	-	149.434	152.533
Parte relacionada (nota 21)	1.613	70	30.367	-
Depósitos judiciais	-	-	12.016	10.252
Outros créditos	79	61	17.615	18.974
Total	2.434	2.502	786.263	691.928

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos - É estabelecida uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido para provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período e pela análise individual dos clientes. Conforme apresentado na Nota 4, esta provisão, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 25.417 (R\$ 33.493 em 2023) nas demonstrações contábeis consolidadas. **Risco de concentração de clientes**. Em 31 de dezembro de 2024, apenas as controladas CNC e Delta de Minas, localizadas em Sete Lagoas-MG, CCP e MNAC localizadas em Pitimbu-PB e CCA, com operação em Arcos/MG, Matozinhos/MG, Santa Luzia/MG e Cantagalo/MG, estão em operação, sendo que as operações de venda são concentradas substancialmente em CNC, CCP e CCA. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, 99% (99% em 2023) do contas a receber consolidado é advindo das controladas CNC, CCP e CCA. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos 30 maiores clientes do contas a receber representavam 28% do total da carteira (33% em 2023). **b) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas poderão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que as companhias sempre possuam liquidez para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. A Companhia e suas controladas possuem caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas tanto individualmente como para suas controladas. **Exposição aos riscos de liquidez** - A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Fornecedores (nota 10)	107.722	-	120.466	-
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	77.779	83.701	140.398	152.242
Debêntures (nota 12)	23.098	-	23.470	22.962
Obrigações por arrendamentos	8.857	4.984	11.536	7.689
Partes relacionadas (nota 21)	6.221	1.495.759	4.358	1.171.522
Outras provisões e outros passivos financeiros	438.096	11.188	25.133	8.555
Outras obrigações	1.163	1.689	5.499	-
Total	662.936	1.597.321	330.860	1.362.970

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de vencimento das obrigações da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **c) Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros** - Na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Instrumentos de taxa variável	-	-	-	-
Ativos financeiros (a)	-	1.111	504.876	435.916
Empréstimos e financiamentos (b)	-	-	161.479	94.380
Debêntures (b)	-	-	23.098	46.666
Total	-	1.111	689.454	576.962

(a) Aplicações financeiras indexadas ao CDI, conforme Notas 3 e 6. (b) Empréstimos, financiamentos e debêntures indexados ao CDI, conforme Nota 11 e Nota 12. A Companhia e suas controladas possuem exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras, equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nestas taxas de juros. Na data de encerramento do exercício, a administração estimou cenários de variação do CDI. Para o cenário provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado. A taxa foi estressada com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado abaixo. Simulação com expectativa do CDI para 31 de dezembro de 2024, considerando a taxa de 10,8%, conforme apresentado a seguir:

	Impacto no resultado				
	Cenário II (-50%)		Cenário I (-25%)		Cenário I (+25%)
	CDI				
Aplicações financeiras (notas 3 e 6)	504.876	27.263	40.895	54.527	68.158
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	(37.731)	(2.037)	(3.056)	(4.075)	(5.094)
Debêntures (nota 12)	(23.099)	(1.247)	(1.871)	(2.495)	(3.118)
Exposição líquida	444.046	23.978	35.968	47.957	59.946
Taxa projetada para 2025	10,8%				

Risco cambial - A exposição cambial está substancialmente concentrada na controlada CNC e advém de compras a fornecedores estrangeiros (dólar - US\$), como apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Exposições cambiais	-	-
Fornecedores estrangeiros em dólar - US\$ (nota 10)	2.893	731
Fornecedores estrangeiros em euro (nota 21)	128	986
Mútuos com partes relacionadas em dólar - US\$ (nota 21)	1.501.852	1.175.869
Empréstimo em dólar - USD (nota 11)	-	37.247
Total	1.504.873	1.214.833

Instrumentos financeiros derivativos - As operações de "Non-Deliverable Instruments - NDI" representam contratos a termo entre duas moedas quaisquer, porém por ser um contrato "non-deliverable" se aplica apenas a moedas não conversíveis, não havendo a entrega física da moeda na liquidação do contrato, apenas o pagamento do diferencial entre as partes referente as taxas de contratação e a de liquidação. Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se, conforme definição de hierarquia de valor justo, como nível 2. Abaixo definição de hierarquia de valor justo, conforme pronunciamento técnico CPC 40: • Nível 1 - Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. • Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados ou incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Nacional Cimentos Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda CRC 2SP000160/F-6 Helena de Petribu Fraga Rocha Contadora CRC 1PE020549/O-6

ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo não possui contratos a termo de moeda em aberto. O Grupo utiliza os instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de proteção das suas exposições cambiais, decorrentes da atividade operacional, nenhuma das posições mantidas pela Companhia e suas controladas tem caráter especulativo. Os montantes de ganhos ou perdas apurados estão demonstrados na Nota 19. **Categoria dos instrumentos financeiros** - Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	742	2.371	525.079	463.007
Aplicações financeiras restritas (nota 6)	-	-	51.752	47.163
Contas a receber (nota 4)	-	-	149.434	152.533
Partes relacionadas a receber (nota 21)	1.613	70	30.367	-
Depósitos judiciais	-	-	12.016	10.249
Outros créditos	79	62	17.615	17.957
Total dos ativos financeiros	2.434	2.503	786.263	690.909
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	-	-	152.468	292.640
Debêntures (nota 12)	-	-	22.992	46.432
Fornecedores e outras obrigações a pagar	215	7	546.980	125.965
Obrigações de arrendamento	-	-	13.842	12.558
Partes relacionadas a pagar (nota 21)	41	13	1.501.980	1.175.869
Total dos passivos financeiros	256	21	2.238.262	1.653.464

Para todas as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. Com relação aos empréstimos e financiamentos, a administração considera que os valores justos são equivalentes aos valores contábeis por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades das controladas. A administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletem o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data. **d) Gestão de Capital** - A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos stakeholders e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, assim como monitora o nível de dividendos para acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mútuos com partes relacionadas (nota 21)	-	-	1.501.852	1.175.869
Divida de empréstimos, financiamentos e debêntures (notas 11 e 12)	-	-	175.460	339.072
(-) Caixa e equivalentes de caixas (nota 3)	(742)	(2.371)	(525.079)	(463.007)
Divida líquida	(742)	(2.371)	1.152.233	1.051.934
Patrimônio líquido (nota 15)	1.168.883	1.483.486	1.289.159	565
Índice de alavancagem financeira (%)	-0,06%	(0,16%)	89,4%	66%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **e) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de suas controladas decorrentes de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas. O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional individual para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas e buscar eficácia de custos. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos. Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Propor ações corretivas para a situação de prejuízos operacionais; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais. **25. Cobertura de Seguros (não auditado)** - As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade da Companhia e de suas controladas, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As controladas da Companhia possuíam as seguintes coberturas de seguros contra riscos operacionais: **CCA-a**) Fábricas e prédios administrativos da CCA: cobertura de R\$ 1.205.617 para danos materiais, conforme apólice nº 16.96.0010660.28 da CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. **b)** Veículos: foram contratadas coberturas para cobrir eventuais sinistros para 9 veículos da Companhia, conforme apólice nº 33839474 da Tokio Marine. Estes seguros cobrem 100% do valor do veículo segurado em caso de perda parcial ou integral (danos, roubos, etc.) e, ainda, R\$ 100 por veículo a título de indenização a terceiros por danos materiais. **CNC** - (a) Fábricas e prédios administrativos da CNC: cobertura de R\$ 1.080.267 para danos materiais, conforme apólice nº 16.96.0010660.28 da CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. **Fábricas e prédios administrativos da CNC:** cobertura de R\$ 1.205.617 para danos materiais, conforme apólice nº 16.96.0010660.28 da CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. **(b) Veículos:** foram contratadas coberturas para cobrir eventuais sinistros para 17 veículos da Companhia e suas controladas. Estes seguros cobrem 100% do valor do veículo segurado em caso de perda parcial ou integral (danos, roubos, etc.) e, ainda, R\$ 210 por veículo a título de indenização a terceiros por danos materiais, corporais e morais, conforme apólices nº 33839474 e 33833579 da Tokio Marine Seguradora. **CCP** - (a) Veículos pesados: foram contratadas coberturas para cobrir eventuais sinistros para 4 veículos da Companhia. Estão segurados 4 caminhões cujos seguros cobrem 100% do valor do veículo em caso de perda parcial ou integral (danos, roubos, etc.), conforme apólice nº 33835900 Tokio Marine. (b) Veículos leves: foram contratadas coberturas para cobrir eventuais sinistros para 3 veículos da Companhia. Estão segurados 2 veículos utilitários cujos seguros cobrem 100% do valor do veículo em caso de perda parcial ou integral (danos, roubos, etc.), conforme apólice nº 33835900 Tokio Marine. **© Fábrica CCP e prédios administrativos:** cobertura de R\$ 921.284 para danos materiais, conforme apólice nº 16.96.0010660.28 - CHUBB Seguros Brasil S.A. **26. Eventos subsequentes** - Em 16 de janeiro de 2025, foi realizada uma operação de mútuo, no valor de R\$ 420 milhões, entre a Buzzi S.p.A e a Nacional Cimentos Paraíba S.A., controlada da Companhia, com o objetivo de financiar a aquisição da participação dos acionistas minoritários da ETP Paraíba Participações S.A., conforme descrito na nota 22. O valor do mútuo foi integralmente transferido e possui vencimento em 13 de janeiro de 2035, com incidência de juros remuneratórios correspondentes ao CDI acrescido de 0,97% ao ano e os termos e condições da operação estão em linha com as práticas usuais de mercado entre partes relacionadas. A operação será refletida nas demonstrações financeiras do exercício seguinte. Em 20 de janeiro de 2025, após aprovação sem restrições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, despacho nº 1558/2024 (SEI 1491924), os acionistas da ETP Paraíba Participações S.A (minoritários) e a Nacional Cimentos da Paraíba S.A. assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avênças, com a transferência da totalidade das ações de emissão da ETP Paraíba Participações S.A. para a Nacional Cimentos Paraíba S.A.. O preço pago no fechamento da operação foi de aproximadamente R\$ 416 milhões. Em 31 de janeiro de 2025, as companhias Cimento de Campeão Alvorada S.A. - CCA, Companhia Nacional de Cimento - CNC e Companhia de Cimento da Paraíba - CCP firmaram acordo de autoprodução de energia de longo prazo com a Casa dos Ventos S.A.. O acordo prevê o fornecimento total de 65 MW médios de energia eólica ao longo de 15 anos, garantindo às companhias a capacidade de gerar 100% da eletricidade necessária para suas operações. O fornecimento será realizado a partir do Complexo Eólico Serra do Tigre, localizado no Rio Grande do Norte, e do Complexo Eólico Babilônia Sul, na Bahia. Neste contexto, conforme previsto na Lei 11.488/2007, as companhias se tornam autoprodutoras em energia elétrica pela aquisição da participação societária total de 49% na Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A., já consumada, e de 49% na TGR Subholding 4 S.A., cuja aquisição encontra-se em fase de conclusão. O total do investimento previsto na operação é de aproximadamente R\$ 32 milhões. As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia.

Rodrigo Victor de Souza Melo - Contador - CRCMG - 101692/O-3



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 28/08/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

	Dólar Comercial : 5,1620
	Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989

3224-6967/3424-6967

(81) 99871-0165